



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**PHILLIPE JOSEPH CHRISTIAN DE ALMEIDA LAVERGNE**

**NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E BUSCA PELA PAZ: A DIPLOMACIA**  
**BRASILEIRA EM CRISES INTERNACIONAIS**

**RECIFE**

**2025**

PHILLIPE JOSEPH CHRISTIAN DE ALMEIDA LAVERGNE

**NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E BUSCA PELA PAZ: A DIPLOMACIA  
BRASILEIRA EM CRISES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Bacharelado em  
Ciência Política com ênfase em Relações  
Internacionais da Universidade Federal de  
Pernambuco, como parte dos requisitos para a  
obtenção do grau de Bacharel em Ciência  
Política.

**Orientador:** Prof. Dr. Rafael Mesquita de  
Souza Lima

RECIFE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lavergne, Phillipe Joseph Christian de Almeida.

Negociação, mediação e busca pela paz: a diplomacia brasileira em crises internacionais / Phillipe Joseph Christian de Almeida Lavergne. - Recife, 2025.  
71 p. : il., tab.

Orientador(a): Rafael Mesquita de Souza Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2025.  
Inclui referências.

1. Crises internacionais. 2. Mediação. 3. Brasil. 4. Diplomacia . 5. Política Externa. I. Lima, Rafael Mesquita de Souza. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

PHILLIPE JOSEPH CHRISTIAN DE ALMEIDA LAVERGNE

**NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E BUSCA PELA PAZ: A DIPLOMACIA  
BRASILEIRA EM CRISES INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Bacharelado em  
Ciência Política com ênfase em Relações  
Internacionais da Universidade Federal de  
Pernambuco, como parte dos requisitos para a  
obtenção do grau de Bacharel em Ciência  
Política.

Aprovado em: 7 de Abril de 2025.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Rafael Mesquita de Souza Lima (Orientador - UFPE)

---

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (UFPE)

---

Miguel Mikelli Lucas Alves Ribeiro (Examinador Externo)

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha profunda gratidão a Deus, por todas as oportunidades que generosamente colocou em meu caminho ao longo da vida. Agradeço também pela força concedida nos momentos mais desafiadores e por ter permanecido ao meu lado, impedindo-me de desistir.

Sou imensamente grato à minha família, especialmente aos meus pais, Bernadette e Patrick, e ao meu irmão, David. Amo vocês. Tenho a felicidade de contar com pessoas tão especiais ao meu lado, que sempre me apoiam incondicionalmente em minhas decisões e no meu maior sonho que tenho desde criança: tornar-me diplomata. Ao meu cachorro, Yan, também membro da família, agradeço por ser meu companheiro, minha sessão de terapia diária e minha dose de dopamina quando chego.

Agradeço ao meu orientador, Rafael Mesquita que prontamente se disponibilizou para me ajudar com a monografia no meio do caminho. Sem a sua contribuição este trabalho não teria sido concretizado. Sou grato por todo aprendizado, e muito feliz por ter tido a oportunidade de estudar com o senhor em múltiplas disciplinas durante o período da graduação. Suas aulas, certamente, foram uma grande fonte de inspiração e me fizeram crescer intelectualmente. Meu muito obrigado.

Gostaria de expressar também minha gratidão ao professor Miguel Mikelli Ribeiro, que me ajudou no início do trabalho e foi muito atencioso, tirando todas as dúvidas e indicando bibliografias relevantes. Desejo sucesso na sua nova carreira e espero encontrá-lo em Brasília brevemente.

Aos meus melhores amigos, Juan, Julio e Victor, obrigado por terem me acompanhado nessa jornada. Estamos juntos desde o colégio e permaneceremos juntos, nos apoiando em todas as situações. Sou grato pelas risadas, pelos abraços, pelas

conversas, pelos dias de pizza, por sempre estarem disponíveis para me ajudar nos momentos mais difíceis. Vida longa à resistência!

Aos meus queridos amigos da universidade, os “Besties”, muito obrigado por tudo. Alice, Hugo, João, Laura, Luísa, Poliana, Tábatta, Tássia e Sofia, sem vocês eu não conseguiria chegar até aqui. Os dias na UFPE foram mais leves ao lado de vocês, e com certeza vou sentir falta da rotina. Sempre ouvi dizer que na faculdade só se fazem colegas, mas vocês me provaram o contrário. Muito feliz por ter conseguido amigos para toda a vida.

Por fim, também agradeço a todo o corpo docente do curso de Ciência Política por todo o aprendizado nos mais diversos campos da nossa área. Apesar de ter optado por seguir o caminho das Relações Internacionais, todo o conhecimento que adquiri será de ampla ajuda na minha trajetória profissional.

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo examinar e mapear os principais casos de participação da diplomacia brasileira em crises internacionais, enfocando seu papel como ferramenta de projeção global do país. A partir do entendimento dos conceitos de crise internacional e mediação, bem como o estudo da política externa brasileira no período da redemocratização (1985-2022), pôde-se analisar seis eventos nos quais o Brasil atuou - considerando os custos e benefícios de seu engajamento e os possíveis impactos para a promoção da paz e da estabilidade regional. A pergunta de pesquisa deste estudo é: "De que maneira o Brasil tem desempenhado seu papel na participação de crises internacionais e como sua política externa reflete essa atuação ao longo do tempo?". Utiliza-se uma metodologia exploratória e qualitativa para trabalhar essa questão, identificando e categorizando os eventos em um quadro que sistematiza cada crise, a participação brasileira e os resultados. Entende-se que, apesar dos desafios e de não ter alcançado o êxito em todas as mediações, o Brasil conseguiu promover sua imagem de agente diplomático colaborativo no cenário internacional.

**Palavras-chave:** Brasil; Crises Internacionais; Diplomacia; Política Externa; Mediação.

## **ABSTRACT**

This study aims to examine and map the main cases of Brazilian diplomacy's involvement in international crises, focusing on its role as a tool for the country's global projection. By understanding the concepts of international crisis and mediation, as well as studying Brazil's foreign policy during the redemocratization period (1985-2022), six events in which Brazil participated were analyzed - considering the costs and benefits of its engagement and the possible impacts on promoting peace and regional stability. The research question of this study is: "How has Brazil played its role in participating in international crises, and how does its foreign policy reflect this engagement over time?" An exploratory and qualitative methodology is used to address this issue, identifying and categorizing the events in a framework that systematizes each crisis, Brazil's participation, and the outcomes. It is understood that, despite challenges and not achieving success in all mediations, Brazil has managed to promote its image as a collaborative diplomatic actor on the international stage.

**Keywords:** Brazil; International Crises; Diplomacy; Foreign Policy; Mediation.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - O Ciclo da formulação da Política Externa.....	26
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Envolvimento do Brasil em crises internacionais.....	41
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
END	Estratégia Nacional de Defesa
FAB	Força Aérea Brasileira
ICB	International Crisis Behavior
INTERFET	International Force for East Timor
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PND	Política Nacional de Defesa
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNMISET	United Nations Mission of Support to East Timor
R2P	Responsabilidade de Proteger
RwP	Responsabilidade ao Proteger

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. A MEDIAÇÃO DE CRISES INTERNACIONAIS.....</b>	<b>17</b>
2.1 Mediação Internacional.....	19
<b>3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PAZ E SEGURANÇA (1985-2022).....</b>	<b>25</b>
3.1 Princípios norteadores e atuação dos Governos.....	27
3.2 A Segurança.....	33
<b>4. HISTÓRICO DOS PRINCIPAIS CASOS COM O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO. 39</b>	
4.1 Missão Especial ao Iraque (Guerra do Golfo).....	43
4.2 A Guerra de Cenepa.....	45
4.3 A Crise do Timor-Leste.....	46
4.4 A MINUSTAH.....	48
4.5 A Crise relativa ao programa nuclear iraniano.....	50
4.6 A Intervenção Militar na Líbia.....	53
4.7 Comparação entre os casos.....	56
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

Ao meu avô, Erasmo Almeida (in  
memoriam), minha maior inspiração.  
Dedico-lhe todo o meu esforço e espero  
orgulhá-lo muito.

## 1. INTRODUÇÃO

A diplomacia brasileira tem se destacado ao longo das décadas por sua atuação em diversos cenários internacionais, caracterizando-se por uma abordagem pacífica e multilateral na resolução de crises e conflitos. Desde a Proclamação da República, em 1889, o Brasil tem buscado consolidar uma política externa que privilegia a negociação e o diálogo como principais ferramentas para a mediação de disputas internacionais (Cervo; Bueno, 2015). Este compromisso com a resolução pacífica reflete-se na postura do país em fóruns globais e regionais, onde o Brasil frequentemente assume posições que valorizam a diplomacia preventiva e a construção de consenso como meios de evitar a escalada de tensões (Ricupero, 2017). O papel do Brasil na participação em questões internacionais ganhou relevância em momentos-chave do século XX e XXI, quando o país atuou em diferentes regiões do planeta, desde a América Latina até o Oriente Médio. Esses esforços não apenas demonstram a capacidade do país de atuar em crises internacionais, mas também destacam sua habilidade em adaptar-se a contextos culturais e políticos diversos, promovendo soluções que buscam respeitar as particularidades de cada situação (Cervo; Bueno, 2015).

A partir deste panorama, esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo realizar um mapeamento dos principais envolvimento do Brasil na solução pacífica de crises internacionais, com ênfase na evolução de sua política externa ao longo do período pós redemocratização. A pesquisa se dedica a categorizar qualitativamente as diferentes formas de participação brasileira em crises internacionais, destacando também se houve ou não o envolvimento de organizações internacionais em cada caso,

bem como os resultados de cada crise. Ao examinar esses episódios, busca-se compreender como o Brasil tem desempenhado seu papel e como suas estratégias e práticas diplomáticas se consolidaram e evoluíram ao longo dos anos. Além disso, este estudo propõe-se a identificar os padrões e estratégias adotadas pelo país nesses processos, investigando os contextos históricos e políticos que moldaram suas práticas. A análise se concentrará em revelar como o Brasil tem utilizado sua diplomacia para construir pontes e facilitar o diálogo entre as partes envolvidas em conflitos, e como essas abordagens têm se mostrado eficazes ou necessitado de adaptações ao longo do tempo.

Para atingir os objetivos propostos, a presente monografia adota uma abordagem exploratória e qualitativa, fundamentada em uma revisão de literatura sobre a política externa brasileira e sua atuação em crises internacionais. A escolha da metodologia exploratória deve-se à necessidade de uma maior compreensão dos padrões e estratégias diplomáticas do Brasil ao longo do período pós-redemocratização. A pesquisa baseia-se na consulta e análise de fontes acadêmicas e documentos oficiais, permitindo uma investigação embasada e contextualizada sobre o tema.

Dessa maneira, o trabalho justifica-se pela necessidade de uma compreensão mais profunda e sistemática do papel desempenhado pelo Brasil na participação de crises internacionais. Dentro do campo da ciência política e das relações internacionais, esse estudo é importante para a análise das dinâmicas de poder, diplomacia preventiva e manutenção da paz. Dada a crescente relevância dos processos de negociação e mediação como instrumentos de resolução pacífica de disputas, torna-se imperativo investigar de que forma o Brasil tem contribuído para esse cenário. Ao longo de sua trajetória republicana, o Brasil desenvolveu uma tradição diplomática pautada pelo multilateralismo, respeito ao direito internacional e solução pacífica de controvérsias

(Cervo; Bueno, 2015). Contudo, há ainda lacunas significativas na compreensão de como esses princípios se concretizaram na prática do país, especialmente no que se refere à categorização qualitativa de seus envolvimento. A presente pesquisa visa, dessa maneira, contribuir para um entendimento mais profundo e qualitativo da atuação do Brasil, enriquecendo a literatura acadêmica sobre diplomacia e política externa.

A monografia é dividida em três seções intermediárias. Na primeira, discute-se o conceito de mediação, entendendo-a de uma maneira mais ampla para abranger um maior conjunto de eventos, além da definição de crises internacionais, tendo como base a abordagem de Brecher e Wilkenfeld (2022). Em seguida, a segunda seção apresenta uma revisão de literatura sobre a política externa brasileira durante o período de redemocratização, tendo uma ênfase nas questões relativas à segurança. Na terceira seção busca examinar o histórico dos principais casos de envolvimento do Brasil em crises internacionais, estruturando-os em um quadro categorizado. Ao final, nas considerações finais, recapitula-se o que foi apresentado ao longo do trabalho e destacam-se os principais resultados e conclusões alcançadas.

## 2. A MEDIAÇÃO DE CRISES INTERNACIONAIS

No âmbito das relações entre os Estados soberanos dentro do sistema internacional, crises são inevitáveis - dado ao caráter competitivo e anárquico desse sistema. Como colocado por Waltz (1979), a ausência de uma autoridade central reguladora das interações entre os Estados cria um ambiente marcado pela insegurança, no qual os atores buscam constantemente acumular poder para assegurar sua sobrevivência. Essa perspectiva é reforçada por Morgenthau (1973), que aponta que o princípio fundamental da política internacional é o interesse definido em termos de poder, orientador das ações dos atores. De forma complementar, Mearsheimer (2003) entende que os Estados agem de maneira racional e egoísta, tendo como objetivo primordial a garantia da sua segurança e a maximização de poder. Dessa maneira, levando em consideração essa visão realista das relações internacionais, entende-se que essa busca inexoravelmente guiada por interesses próprios - muitas vezes em detrimento das necessidades de outros Estados - fomenta desentendimentos e rivalidades, culminando, em muitos casos, em crises e conflitos internacionais.

A partir desta questão, é importante delimitar o conceito de crise internacional e diferenciá-lo de conflitos internacionais. Entende-se por crise internacional a noção postulada pelos criadores do International Crisis Behavior (ICB), Michael Brecher e Jonathan Wilkenfeld. Para eles, é definida por um evento específico onde valores básicos de um ator estão ameaçados, existindo um tempo finito para a resposta antes que a decisão seja alterada. Além disso, a probabilidade de envolvimento em hostilidades militares é mais alta do que o normal, elevando o risco de conflito (Brecher e Wilkenfeld, 2022, p.3). A característica central dessa definição é a percepção de

ameaça imediata, o que exige uma ação decisiva para evitar consequências graves. É importante destacar que, embora exista a probabilidade de escalada militar, algumas crises evoluem para essa forma, enquanto outras não. Por conseguinte, conflitos internacionais são definidos como situações geralmente prolongadas e escaladas, que envolvem o uso sistemático da força militar entre os envolvidos, com objetivo de conquista territorial, mudanças econômicas ou políticas, ou outros tipos de disputas. Ao contrário das crises, não são eventos específicos, mas processos. Dessa forma, pode-se observar que os dois conceitos estão ligados, mas não podem ser vistos como sinônimos (Brecher; Wilkenfeld, 2022).

O foco deste trabalho, nesse sentido, será nas crises internacionais pelo entendimento de que, segundo a definição adotada, tanto o sistema internacional, de maneira ampla, quanto a política externa do Brasil, em específico, apresentam uma quantidade consideravelmente maior de situações de crise do que de conflitos. Nesse sentido, o objeto se torna mais abundante para a proposta empírica deste trabalho. Essa escolha conceitual permite uma abordagem ampliada para analisar a atuação do Brasil como mediador em diferentes contextos, e de uma maneira mais abrangente - como tensões diplomáticas, negociações e até situações que evoluíram para conflitos armados. Assim, a ideia é aumentar o escopo da discussão, buscando entender se há uma versatilidade e relevância da diplomacia brasileira em diversas fases e naturezas de crises internacionais.

## **2.1 Mediação Internacional**

Para dar prosseguimento, também é necessário entender do que se trata a mediação. Há uma vasta literatura no que concerne a essa concepção que vai desde o Direito Internacional, as Relações Internacionais e até a Ciência Política. Do ponto de vista do direito, a mediação é enquadrada dentro da solução pacífica de litígios, ou seja, como um mecanismo específico para resolver problemas no âmbito internacional. De acordo com Portela (2011, p. 621), os meios facultativos de solução de controvérsias incluem negociações diplomáticas, mediação, bons ofícios, consultas, conciliação, e inquérito. Esses mecanismos são caracterizados pela ausência de hierarquia entre si, o que permite que sejam escolhidos e aplicados conforme as necessidades e especificidades de cada caso. No que tange a mediação, este autor define como um procedimento que acontece a partir da atuação de um terceiro que, além de aproximar as partes, propõe uma solução pacífica para a questão. Ao contrário da arbitragem - mecanismo obrigatório -, por exemplo, os litigantes não são obrigados a aceitar as propostas do mediador, e essa recusa - se ocorrer -, não acarreta consequências jurídicas. Isso se deve ao caráter voluntário e não vinculante da mediação, que busca promover um acordo amigável entre as partes sem impor decisões (Portela, 2011). Complementarmente a essa noção jurídica, Rezek (2021, p.411) ressalta que o processo de mediação exige a confiança dos Estados envolvidos, sendo inviável sua realização sem o consentimento de uma das partes. Para ele, um ponto negativo é que a sua solução proposta não possui caráter obrigatório, de modo que a rejeição por qualquer uma das partes pode levar ao insucesso dessa forma de resolução pacífica.

Na Ciência Política e nas Relações Internacionais, são muitos os autores que contribuem acerca desta definição. De acordo com Bercovitch e Jackson (2001), a mediação funciona, de certa forma, como um prolongamento das negociações, possibilitando que as partes busquem ou aceitem a ajuda de um terceiro não diretamente

envolvido na disputa. Eles colocam que esse mecanismo é importante pois oferece possibilidades aumentadas de comunicação, contribuindo para uma gestão de conflitos mais eficiente. Para esses autores, “a mediação tende a ser utilizada em disputas caracterizadas por alta complexidade, alta intensidade, longa duração, partes desiguais e fragmentadas, e onde a disposição das partes para resolver pacificamente está em dúvida” (Bercovitch; Jackson, 2001, p.59, tradução nossa). Outra contribuição dada por ambos é a ideia de que os Estados aplicam diversos métodos de gestão de conflitos de maneira *ad hoc*<sup>1</sup>. A escolha dos mecanismos se dá a partir de um cálculo estratégico que leva em consideração diversos fatores, como interesses próprios, viabilidade, custos e benefícios, características específicas da disputa e do contexto situacional. Ainda é colocado por eles que cada disputa é única e, nesse sentido, sua gestão exige flexibilidade e sensibilidade ao contexto. Dessa maneira, os métodos de resolução podem ser mais eficazes e atender de forma mais adequada às necessidades das partes envolvidas (Bercovitch; Jackson, 2001).

Adicionalmente, para Raines e Foutz (2019), a mediação é uma definição abrangente que envolve processos colaborativos de resolução de problemas e construção de consenso, liderados por um mediador - que orienta as partes na tomada de decisões em diversos âmbitos. Destaca-se o fato de que é um processo não violento em que a terceira parte auxilia os envolvidos a negociar uma solução pacífica. Dessa forma, o principal objetivo desse mecanismo é evitar ou pôr fim à violência, buscando minimizar hostilidades por meio de um diálogo. Recomenda-se que, no ato da escolha do mediador, se considere vantagens e desvantagens já que, embora os mediadores não possam forçar um acordo, tendem a exercer pressão ou oferecer incentivos para facilitar

---

<sup>1</sup> No contexto de gestão de crises e conflitos, métodos *ad hoc* indicam que os Estados adotam abordagens específicas para cada situação, adaptando estratégias e recursos conforme as necessidades em questão.

o processo. Por fim, os autores colocam que a mediação é uma tarefa complicada, na medida em que exige uma equipe dedicada, paciente e resistente para lidar com as complexidades e desafios específicos de cada situação (Raines; Foutz, 2019).

De maneira similar, Wilkenfeld et al. (2007), entende que quando a mediação é aplicada de maneira adequada - seja isoladamente ou combinada a outros mecanismos - ela pode desempenhar um papel decisivo no sucesso ou fracasso das tentativas de limitar as disputas. Os autores colocam que a mediação pode ser uma ferramenta crucial para a comunidade internacional no combate à violência e no controle de crises ameaçadoras. Para que a mediação seja eficaz, ela precisa ser sensível a aspectos domésticos e internacionais da crise. A reputação do mediador e suas conexões com as partes envolvidas são fatores críticos que influenciam a eficácia do processo. Também é essencial que haja a garantia de que os atores corretos estejam presentes nas negociações, da mesma forma que a equipe mediadora seja cuidadosamente composta, levando em consideração um certo nível de imparcialidade. Essas considerações mostram a complexidade do papel da mediação em situações de crise e destacam a importância de uma abordagem estratégica, coordenada e sensível aos diferentes conjunturas e dinâmicas das partes envolvidas (Wilkenfeld et al., 2007).

Complementarmente a essa ideia, Zartman e Touval (1985) definem mediação como um processo onde o mediador - ator com interesses próprios - intervém em um contexto que envolve políticas de poder e um cálculo de custos e benefícios. Segundo eles, essa intervenção tem como finalidade reduzir disputas e nela o mediador pode desempenhar três papéis principais para atingir seus objetivos: de comunicador, formulador e manipulador. No papel de comunicador, o mediador tem uma função passiva de facilitador, permitindo que as partes troquem informações e façam concessões. Já como formulador, ele adota uma abordagem mais criativa, ajudando os

envolvidos a redefinir prioridades e encontrar soluções viáveis, ou seja, ele vai além do papel da simples comunicação e explora os interesses fundamentais de cada lado a partir da criação de caminhos para um entendimento mútuo. Por fim, como manipulador, o mediador utiliza seu poder e recursos para influenciar diretamente as partes, assumindo, portanto, uma posição mais ativa - sendo um ator político com interesses diretos no processo. Normalmente, esse é o papel que uma grande potência assume quando está mediando uma crise. Por conseguinte, os autores entendem que a motivação para que um Estado medie é relacionada ao interesse do mediador no desfecho do conflito, aliado - em alguns casos - a razões humanitárias. Racionalmente, os mediadores buscam benefícios específicos que justifiquem o alto investimento de recursos políticos, materiais e morais exigidos pelo processo. Pode-se citar como exemplo o desejo de ampliar sua influência e prestígio no cenário internacional. Zartman e Touval ainda contribuem colocando como o sucesso da mediação pode ser medido em três níveis: do gerenciamento do conflito, da resolução do conflito, e na prevenção de conflitos futuros. Todos esses elementos postulados por eles mostram como a mediação é uma ferramenta complexa e multifacetada que envolve interesses estratégicos e o compromisso com a resolução pacífica de conflitos (Zartman; Touval, 1985).

Neste trabalho, o conceito de mediação será utilizado de forma mais abrangente, na medida que permita explorar uma gama maior de crises, considerando os diferentes contextos, interesses e dinâmicas envolvidas, de maneira a compreender como a mediação pode se adaptar e ser aplicada em variados cenários. Delimitaremos, no entanto, os processos de mediação a partir de crises políticas que trazem uma probabilidade aumentada de violência ou hostilidades militares, como colocado pelo conceito do ICB - excluindo, dessa maneira, crises de menor impacto no sistema internacional. Em linhas gerais, a partir do entendimento do processo de mediação pelos

autores citados acima, vemos como um processo diversificado que envolve a intervenção de um terceiro, não diretamente envolvido na disputa, com o objetivo de facilitar o diálogo e promover soluções pacíficas para crises complexas. Para potências pequenas (como Qatar, Suíça ou Noruega) e médias - como no caso do Brasil, foco desta monografia, a estratégia da mediação é valiosa na medida em que pode melhorar a posição de influência internacional e demonstrar certa independência em relação a outros atores mais poderosos (Zartman; Touval, 1985). Nesse sentido, procurarei observar diversas formas de engajamento político - na medida em que a mediação é uma, dentre outras formas - tomadas pelo Brasil na busca para solução de crises internacionais.

Tendo esta ideia em mente, Chen e Beardsley (2021) colocam como um ponto crucial a garantia da continuidade na atuação dos mediadores em processos de resolução de crises, entretanto, vários atores enfrentam limitações que dificultam o comprometimento como garantidores no longo prazo. Eles chegam na importante conclusão de que terceiros com interesses diretos na promoção da paz possuem maior propensão para sustentar seu envolvimento em períodos pós-conflito. Esse engajamento contínuo tem um impacto significativo, contribuindo para melhorar o fluxo de informações entre as partes envolvidas, fortalecer compromissos firmados e reduzir as chances de retomada das hostilidades. Além disso, os autores postulam que terceiros com vínculos regionais tendem a manter um engajamento mais consistente. Seus interesses diretos incentivam a permanência, na medida em que a manutenção da paz serve aos seus próprios objetivos. Essas considerações mostram a importância de avaliar não só os recursos disponíveis dos Estados para atuarem como mediadores, mas também suas motivações e capacidade de manterem-se engajados (Chen; Beardsley, 2021).

Ademais, ainda é importante entender dois conceitos que complementam a questão da mediação: *peacebuilding* e *peacekeeping*. Galtung (1996) entende esses conceitos como duas intervenções específicas para a promoção da paz. Para o autor, o *peacekeeping* é uma ação que busca estabilizar as partes, com o objetivo maior de evitar a escalada da violência. Sua intervenção é realizada no curto prazo, normalmente em situações onde há uma crise ou conflito ativo. Um exemplo desse tipo de intervenção é o envio de forças de paz internacionais. Por outro lado, o escopo do *peacebuilding* é mais no longo prazo, com o foco nas transformações de contradições e estruturas que alimentam o conflito. Assim, ele busca resolver as causas fundamentais da violência - desigualdades sociais, exclusão política, entre outros. Esse tipo de abordagem inclui atividades relativas à promoção do diálogo, reformas institucionais e criação de uma cultura de tolerância mútua (Galtung, 1996).

Com os conceitos basilares bem delimitados, buscarei, na próxima seção, dissertar um pouco sobre a política externa brasileira no período pós redemocratização (1985-atualidade). Esse período é interessante de ser observado pelo fato da existência de muitas crises. De acordo com Gowan e Stedman (2018, p. 174), de 1988 a 2015, o percentual de guerras civis mediadas saltou de 24% (1945-1987) para 73% e, além disso, a Organização das Nações Unidas (ONU) expandiu significativamente suas operações de manutenção de paz. De fato, na década de 1990 se observou um aumento considerável nas práticas de mediação, com uma breve arrefecida nos anos 2000 e com uma competição entre o sul e o norte global na atualidade. Esses dados mostram a importância dessa delimitação temporal pois evidenciam uma mudança significativa nas dinâmicas de mediação de conflitos ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, analisarei as principais características, desafios e transformações desse período, levando em consideração a atuação do país em momentos de crise - com o devido foco nas

questões de segurança. Assim, com uma perspectiva histórica, mostrarei como o Brasil esteve inserido no cenário internacional deste período e quais foram os principais interesses que guiaram suas ações.

### **3. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PAZ E SEGURANÇA (1985-2022)**

O estudo acerca da política externa dos países é fundamental para compreender seus interesses estratégicos e identificar as dinâmicas das relações internacionais. Nessa perspectiva, Cervo e Bueno (2015) colocam:

A política exterior correspondeu, nos últimos dois séculos, a um dos instrumentos com que os governos afetaram o destino de seus povos, mantendo a paz ou fazendo a guerra, administrando os conflitos ou a cooperação, estabelecendo resultados de crescimento e desenvolvimento ou de atraso e dependência (Cervo e Bueno, 2015, p. 13).

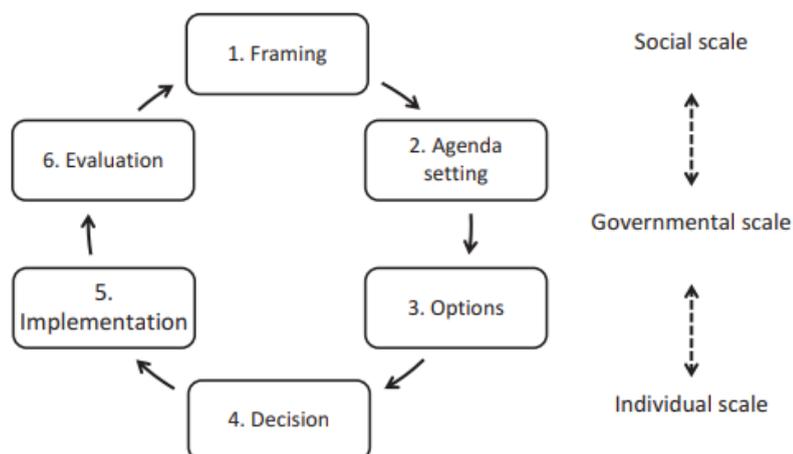
Dessa maneira, é importante entender mais sobre esse conceito para interpretar como se deram as atuações do Brasil. De acordo com Morin e Paquin (2018), a política externa é um conjunto de ações (ou inações) realizadas por Estados soberanos no ambiente internacional. Seu desenvolvimento é complexo e, geralmente, leva em consideração tanto o ambiente doméstico quanto o internacional. Para esses autores, grande parte das decisões de política externa são resultados de processos burocráticos que ocorrem de maneira semelhante aos de outras áreas de políticas públicas. No caso do Brasil, esse processo é coordenado pelo Itamaraty<sup>2</sup> que, como na maioria das democracias modernas, é oficialmente subordinado aos representantes eleitos pelo sufrágio (Morin e Paquin, 2018).

---

<sup>2</sup> Como é comumente chamado o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

No que tange ao processo de formulação da política externa, Morin e Paquin (2018) explanam uma segmentação clássica - de seis fases - em formato de ciclo, como colocado a seguir:

**Figura 1 - O Ciclo da formulação da Política Externa**



Fonte: Morin e Paquin (2018, p.42).

Os autores em questão colocam que o processo se inicia a partir do enquadramento do problema (*framing*), onde procura-se colocar quais questões são relevantes para serem analisadas. Essa fase pode refletir valores, interesses e percepções dos atores envolvidos. Na sequência, tem-se a definição da agenda (*agenda setting*), onde os problemas são colocados - ou não - como prioridades governamentais. Leva-se em consideração fatores como urgência, viabilidade política e impacto estratégico. Em seguida analisam-se as opções (*options*), procurando possíveis soluções para os problemas. As alternativas devem ser avaliadas conforme o custo-benefício, a eficácia e o alinhamento com os interesses - nacionais e internacionais. Após considerar essas opções, a decisão (*decision*) - influenciada por fatores como a opinião pública,

interesses de grupos de pressão e as prioridades da liderança política - deve ser tomada. Com isso, na fase de implementação (*implementation*), ela é colocada em prática e, posteriormente, avaliada (*evaluation*) - para ver se o resultado da política foi positivo ou não e propor possíveis ajustes. Entretanto, é colocado que, na prática, essas seis fases costumam se sobrepor, ou seja, não são seguidas de forma linear (Morin e Paquin, 2018). É importante ressaltar que, como uma política pública, demandas de diversos grupos domésticos são levados em consideração nesse processo (Salomón; Pinheiro, 2013).

Com o entendimento de como funciona o processo de tomada de decisão em política externa, passamos para a análise desse tipo de política realizada pelo Brasil durante o período da redemocratização e como ela impactou nas questões de segurança e mediação de crises e conflitos internacionais.

### **3.1 Princípios norteadores e atuação dos Governos**

Em 1988, a promulgação da Constituição Federal representou um marco para a política externa brasileira, elevando-a a um tema de destaque no ordenamento jurídico nacional. No artigo 4º, foram estabelecidos os princípios que orientam as relações internacionais do Brasil, configurando diretrizes fundamentais para a atuação do país no cenário global:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (Brasil, 1988).

Como visto, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos passam a ser observadas como elementos estratégicos na condução da diplomacia do país e, dessa maneira, reforçam o compromisso do Brasil com a busca por estabilidade e cooperação internacional. Nesse sentido, a atuação brasileira em mediações de crises e conflitos internacionais ganha um papel de destaque, sendo fortalecida por iniciativas que buscam consolidar a imagem do país como um agente de diálogo e conciliação no sistema internacional (Bellé, 2015).

A partir do contexto histórico do final da ditadura militar e início da redemocratização, guiado pelos princípios basilares constitucionais e pelo trabalho da burocracia do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Brasil também buscou assumir posições de liderança em processos que envolveram complexas negociações - em missões de paz no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e mais posteriormente no caso da Declaração de Teerã, em 2010. Assim, durante a época em análise, pode-se afirmar que a diplomacia brasileira foi impulsionada por uma visão que alia a responsabilidade global à promoção de interesses nacionais, buscando consolidar sua reputação como um Estado comprometido com o multilateralismo e com a paz. O Brasil vem almejando cada vez mais uma posição estratégica no sistema internacional a partir da solução pacífica de controvérsias - em harmonia com o exposto na Carta da ONU<sup>3</sup> (Bellé, 2015).

Nesse período, o olhar do Brasil recaiu bastante sobre a América Latina. Muitos dos presidentes que se sucederam entenderam a região como uma zona estratégica na qual o Brasil deveria exercer uma influência direta, promovendo-se como a liderança da

---

<sup>3</sup> Assinada em 1945, é o documento fundador da Organização Internacional em questão. Estabelece os princípios da organização, incluindo a manutenção da paz e segurança internacionais, o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações e a promoção da cooperação internacional.

área em questão, na medida em que buscava a cooperação, o desenvolvimento e a independência regional (Pinto, 2009). Assim, a política externa brasileira buscou privilegiar o estreitamento das relações sul-sul e uma maior proximidade com as nações sul-americanas, orientando-se pelo desejo de maior autonomia frente ao cenário internacional. Na última década do século XX - nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso - esse direcionamento ganhou força e, ao fortalecer os laços regionais, o país visou não apenas estabelecer sua liderança, mas também promover um ambiente propício para a integração (Cervo e Bueno, 2015).

Nos mandatos de Fernando Henrique, a concepção do multilateralismo colocou-se em evidência, com um maior foco nas instituições internacionais - a exemplo da ONU - baseando-se no ideal da cooperação e da probabilidade de uma governança global (Cervo e Bueno, 2015). O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em seu governo, teve um papel central, mostrando, inicialmente, seu compromisso com os processos de integração regional como um dos eixos estratégicos de inserção internacional. Dessa maneira, o presidente buscou consolidar o bloco como uma plataforma para fortalecer os laços econômicos e políticos entre os países-membros (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e criar um ambiente de estabilidade na América do Sul (Pinto, 2009).

Sob essa perspectiva, na década de 1990, o Brasil foi o grande impulsionador deste bloco econômico, porém, afetado por instabilidades financeiras internacionais, em 1999, decidiu flutuar sua moeda unilateralmente sem a devida consulta dos países membros, o que causou uma crise interna no Mercosul - com problemas mais fortes principalmente com a Argentina. Isso mostrou um comportamento volátil do Brasil como potência regional, na medida em que incentivou a integração em um momento - sinalizando o comprometimento com o bloco, visto como prioridade de política externa

-, e em outro se afastou dela. (Krapohl; Meissner; Muntschick, 2014; Amelotti; Lima; Medeiros, 2024).

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil mostrou-se engajado nas questões relativas à paz, à solução pacífica de conflitos - na medida em que atuou como mediador em conflitos sul americanos - e à defesa dos direitos humanos. A discussão acerca da não proliferação de armas atômicas também entrou em voga e culminou na adesão ao Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares (TNP), nos anos finais do século. Além disso, a defesa de uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU entrou em pauta por meio da liderança dos ministros Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer. Defendia-se que a extensão territorial, o contingente populacional, a economia em crescimento e o papel de liderança na América do Sul justificavam esse assento (Pinto, 2009).

Por conseguinte, nos dois primeiros mandatos de Luiz Inácio, o país também adotou uma postura bastante ativa e frequente no cenário internacional. Isso ocorreu principalmente a partir do envolvimento em reformas das instituições internacionais e intensificando ainda mais os esforços para o fortalecimento das relações com os países da América do Sul - por meio da chamada cooperação Sul-Sul -, na medida em que reforçava seu papel de negociador e mediador (Bellé, 2015). Como colocado por Cervo e Bueno (2015), durante seu governo, a política externa brasileira foi caracterizada tanto pela internacionalização econômica quanto pelo multilateralismo de reciprocidade, onde além das questões econômicas serem muito enfatizadas, buscou-se promover a equidade em áreas como saúde, direitos humanos, segurança, e principalmente o combate à fome - ponto muito característico dos discursos de Lula. A ideia era de diversificar temas debatidos na área internacional, colocando assuntos importantes para os países em desenvolvimento no centro das discussões (Pinto, 2011). Assim como FHC, o governo

petista manteve a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança da ONU - colocando como uma das prioridades de política externa. Essa continuidade reflete a percepção estratégica de que o Brasil, como potência regional e país emergente, necessitava ampliar sua influência nas decisões globais para garantir um maior protagonismo no cenário internacional (Fausto, 2011).

Dessa forma, pode-se observar que tanto Fernando Henrique quanto Lula convergiram em um objetivo estratégico comum no âmbito da política externa: redefinir e ampliar a participação e a influência do Brasil internacionalmente. Assim, buscou-se posicionar o país como um ator global mais relevante e fortalecer sua capacidade de negociação e aumentar o poder de barganha em fóruns multilaterais e regionais (Pinto, 2009).

Nesta monografia, a maioria das crises e conflitos analisados nos quais o Brasil exerceu algum tipo de atuação ocorreram durante os mandatos de Fernando Henrique e Luiz Inácio, entretanto, cabe falar brevemente sobre a continuidade da política externa brasileira nos governos subsequentes. De certa maneira, os governos de Dilma Rousseff seguiram boa parte da cartilha do seu antecessor e companheiro de partido no que tange às relações internacionais (Doratioto e Vidigal, 2021). O foco em relação ao Sul global foi mantido e buscaram-se mais parcerias com países em desenvolvimento - com ênfase nos BRICS<sup>4</sup> e na América do Sul -, na medida em que se manteve a estratégia do multilateralismo como um dos pontos primordiais de sua política externa. Entretanto, a posição do país não foi tão assertiva quanto nos governos anteriores, tendo em vista uma certa diminuição do seu prestígio internacionalmente (De Oliveira, 2023). Após a

---

<sup>4</sup> Criado, em 2009, com a intenção de fomentar a cooperação entre economias emergentes e de promover um sistema internacional multipolar, na medida em que buscava reduzir a dependência de instituições dominadas por países desenvolvidos. Fundado pelo Brasil, Rússia, Índia e China, teve a adição da África do Sul, em 2011, e de outros países em desenvolvimento mais recentemente, em 2023.

forte crise política que decorreu no seu Impeachment, o vice Michel Temer assumiu por um breve mandato de dois anos. A sua política externa, nesse sentido, como coloca Doratioto e Vidigal (2021, p.132), “refletiu as tensões e a polarização política do período de tramitação do processo de impeachment de Dilma Rousseff”. De Miranda (2019) coloca que pôde-se observar claramente o fato do trato com os países do Sul global já não ser mais o mesmo que os governos anteriores. O autor resume as ações internacionais de Temer da seguinte maneira:

No governo Temer, o intuito da política externa foi a busca por investimentos, apoiada na construção de uma imagem do Brasil como um país defensor da ordem internacional vigente. A ideia de um país “responsável” economicamente substituiu a de um país “pujante” e “emergente”, inviabilizada em meio às condições adversas interna e externamente. A busca por tal renovação de credenciais substituiu a busca por uma revisão da ordem internacional (De Miranda, 2019, p.34)

Por fim, temos o governo Jair Bolsonaro, que teve uma política externa guiada quase puramente por sua ideologia, sem levar necessariamente em consideração os interesses nacionais (Gonçalves;Teixeira, 2022, apud, De Oliveira, 2023, p. 115). Sua atuação internacional, de certa forma, isolou o Brasil de várias parcerias estratégicas, na medida em que se aliou a países mais alinhados ideologicamente e mais próximos ao Norte global. Nesse sentido, a política anterior de alinhamento com os países em desenvolvimento - em especial com a América do Sul - foi sendo deixada de lado (De Oliveira, 2023).

A partir desta contextualização histórica dos ideais da política externa brasileira e suas eventuais mudanças, tem-se um material suficiente para analisar as questões relacionadas à segurança internacional e como se deram as atuações do país.

### 3.2 A Segurança

No quesito da segurança internacional, observa-se que se trata de um assunto que se irradia em múltiplas dimensões, as quais incluem a participação em organismos multilaterais, o fortalecimento de alianças de caráter regional, a formulação de diretrizes estratégicas da nação, entre outras questões. Nesse sentido, a partir de uma análise da bibliografia do tema - desenvolvida nas páginas a seguir -, pode-se perceber que a atuação brasileira foi sendo construída a partir de variadas maneiras, como a participação - e liderança, em alguns casos - em missões de paz, e a busca por uma maior autonomia na cena internacional. Assim, para compreender essa dinâmica, torna-se necessário examinar como e em que medida o país se posicionou nos distintos esquemas de segurança - em fóruns hemisféricos e regionais, no aprimoramento de suas capacidades estratégicas e no importante papel das Forças Armadas na projeção internacional do Brasil.

No período analisado nesse trabalho - da pós-redemocratização -, a segurança internacional se consolidou como uma temática de extrema importância na política exterior brasileira, na medida em que refletiu o compromisso do país com a paz e a estabilidade global - tendo em vista as difíceis situações de crise que o mundo enfrentou. A partir da solidificação dos valores alinhados à democracia, o Brasil enfatizou o multilateralismo, a solução pacífica de conflitos e o respeito à soberania dos estados (Brasil, 1988). A partir desse contexto, destaca-se a participação em diversas missões de paz e o constante engajamento em diferentes fóruns internacionais voltados para a segurança - temática que virou não apenas uma prioridade estratégica, mas também uma plataforma para reforçar o protagonismo brasileiro no sistema internacional. O país procurou equilibrar, de certa forma, sua postura pacifista com a

necessidade de se colocar como um ator influente nos debates globais, defendendo, por exemplo, uma reforma no Conselho de Segurança da ONU - pauta defendida em diversos governos (Pinto, 2009).

Sem dúvidas, a década de 1990 foi marcada por um período de reconfiguração das questões de segurança na agenda internacional do brasileira, com profundas mudanças na estratégia de inserção regional e global. Como já pontuado, o país reposicionou suas prioridades buscando promover uma liderança no continente sulamericano por meio de uma abordagem política e institucional que reforçasse sua relevância regional. Com o fim da Guerra Fria e uma nova ordem mundial multipolar sendo construída, o conceito de segurança internacional foi se alterando, passando a englobar diferentes temáticas - como democracia, tráfico, migração e direitos humanos -, refletindo a interconexão dos desafios contemporâneos. Nesse momento histórico, a atuação do Brasil, como um país em desenvolvimento, veio ganhando uma maior notoriedade internacional, na medida em que desempenhou um importante papel regionalmente no que tange à mediação de crises e conflitos, buscando estabilidade (Sennes; Onuki; Oliveira, 2006).

Com o passar dos anos, instituições multilaterais de segurança como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) mostraram uma eficácia limitada nas suas atuações (Sennes; Onuki; Oliveira, 2006). Nesse sentido, diversos países latinoamericanos passaram a questionar essas instituições, a partir da percepção de que, em um cenário de unipolaridade, os Estados Unidos dificilmente abririam mão de ações de benefício próprio em favor de um equilíbrio institucional mais desenvolvido. Essa questão levou à busca por alternativas regionais para lidar com as demandas de segurança e integração (Sennes; Onuki; Oliveira, 2006).

Nesse cenário, o Brasil, estrategicamente, viu no Mercosul uma oportunidade para fortalecer sua liderança regional. O bloco mostrou-se importante não apenas do ponto de vista econômico e comercial, mas também como um ativo político e geoestratégico essencial para a política externa do país. A integração desempenhou um papel muito importante na ampliação da área de influência do Brasil para além do Cone Sul, colocando-o como uma potência regional capaz de liderar iniciativas conjuntas no continente. O bloco regional foi sendo consolidado como um instrumento de projeção política, alinhado aos interesses nacionais de estabilidade e influência continental (Sennes; Onuki; Oliveira, 2006).

Além dessa atuação no Mercosul, o país desempenhou um importante papel na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) - hoje extinta - e no seu Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). O fortalecimento dessa instituição, no início do século XX, reflete o conceito de paz híbrida colocado por Battaglini (2012), onde há uma coexistência de disputas entre Estados e mecanismos de cooperação regional, e a escalada de conflitos militarizados é improvável - apesar de não ser descartado. O autor entende que, apesar de não garantir a resolução de crises, essas instituições tendem a contribuir para o processo de institucionalização de dinâmicas que ajudem na sua prevenção ou gestão. Para Vigevani e Júnior (2014):

Do ponto de vista do Brasil, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, em dezembro de 2008, vincula-se ao objetivo de fortalecer a cooperação em temas de defesa e segurança e remete também à intenção de estabelecer um contraponto à penetração dos Estados Unidos na América do Sul, mais precisamente, na região andina. [...] O Conselho de Defesa da Unasul tem tido um papel estabilizador e busca ser um garante para a paz, buscando antecipar-se na resolução de potenciais conflitos, isto de forma convergente com a ação visando o respeito à democracia e à autonomia (Vigevani; Júnior, 2014, p.538-539)

No que tange especificamente às missões de paz, a atuação do Brasil é caracterizada pelo respeito à dignidade humana e no fortalecimento da estabilidade.

Nesse sentido, sua diplomacia prioriza a cooperação e a reconciliação, evitando ações intensificadoras de tensões. Dessa forma, sua política externa pode ser vista como alinhada aos valores pacifistas, a partir da promoção de atitudes que visam reconstruir a segurança e restaurar o equilíbrio em áreas marcadas pela violência (Bellé, 2015). Ao longo da sua trajetória, o Brasil integrou aproximadamente cinquenta missões de paz organizadas pela ONU, obtendo amplo reconhecimento pelo seu trabalho (Ministério da Defesa, 2020). O grande crescimento de participações em missões de paz por parte do Brasil mostra o seu desejo constante de se inserir no cenário internacional como um ator cada vez mais relevante, na medida em que, segundo Andrade, Hamann e Soares (2019, p.33) “cria uma imagem de confiança do Brasil perante os parceiros internacionais e sanciona os ditames da ONU sobre uma construção da paz orientada pelo nexos segurança-desenvolvimento”. Para Pepe (2006), a participação brasileira em missões desse caráter são importantes para capacitar as Forças Armadas e de segurança do país - já que desenvolvem experiência nessas operações. Além disso, o autor coloca que esse tipo de atuação combina interesses de segurança, cooperação regional e projeção internacional (Pepe, 2006).

Dando sequência, para falar de forma mais específica sobre as forças armadas e sua atuação nas temáticas da segurança, é necessário entender dois documentos importantes: a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Cabe ressaltar que ambos são atualizados periodicamente, na medida em que a PND teve sua primeira publicação em 1996 - com o antigo nome “Política de Defesa Nacional” -, e a END vem sendo publicada desde 2008. De forma resumida, a PND define os princípios fundamentais do país no que tange à defesa estabelece objetivos, enquanto a END direciona os setores do país quanto às ações a serem executadas. (Brasil, 2020, p.7).

Primeiramente, falando sobre a Política Nacional de Defesa, é importante colocar que o documento reflete o compromisso do país com a promoção da paz e a solução pacífica de controvérsias internacionais. Suas diretrizes sublinham a relevância da diplomacia brasileira como instrumento central para o alcance de seus objetivos (Brasil, 2020). Em seus fundamentos, a PND define o entorno estratégico do país como área prioritária de interesse. A região colocada abrange a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Embora alinhada a uma perspectiva de caráter global, a prioridade conferida a essa região está vinculada aos interesses geopolíticos e à necessidade de promover a segurança e o desenvolvimento regional (Brasil, 2020, p.11). Além disso, ao dissertar mais especificamente sobre o ambiente internacional, a PND também reconhece a interdependência econômica mundial como um fator importante para a busca de soluções de controvérsias. Essa questão passa a exigir cada vez mais a utilização dos meios diplomáticos e econômicos, permitindo resolver disputas por meio da cooperação. Por outro lado, coloca que, em decorrência do cenário internacional - marcado por rivalidades entre os Estados - o aumento de gastos militares em defesa é necessário para que o país mantenha uma capacidade de dissuasão e proteja seus interesses nacionais (Brasil, 2020). Outro aspecto de grande pertinência colocado pela PND é a crescente demanda por participações em operações de paz e a importância das atuações do país nessa área. Coloca-se o fato de que elas possibilitam que o país aumente sua influência internacionalmente, além de contribuir para a sua projeção global como ator relevante no campo da segurança e fortalecer laços de cooperação entre as Forças Armadas e outras agências (Brasil, 2020).

Por conseguinte, a END coloca que a concepção estratégica de defesa do Brasil, em momentos de paz ou de crises, está fundamentada na capacidade de dissuasão de

ameaças. Essa atuação, no entanto, não significa que o país se limita a ações militares. O documento em questão estabelece que o poder nacional deve ser empregado de forma abrangente e integrada, repelindo agressões de maneira mais eficaz e resolvendo a crise no menor tempo possível - minimizando os danos e facilitando a estabilidade. Nesse sentido, a diplomacia, a participação do país em organismos multilaterais e em operações de paz devem ser vistas como prioritárias - observando o momento e os interesses nacionais. Assim, é ressaltada a importância do país em aumentar sua influência no cenário internacional, reafirmando o compromisso com a cooperação e a paz (Brasil, 2020, p. 32). A END ainda orienta medidas a serem implementadas nos quesitos da integração regional, da cooperação internacional e da atuação em organismos internacionais.

Porém, mesmo com esses documentos norteadores, é necessário colocar que as atuações do Brasil sofrem de influências externas. Para Pinto (2009), os temas ligados à segurança global na política externa brasileira estiveram, por muito tempo, alinhados à vontade do poder hegemônico, bem como a necessidade de recursos estrangeiros para garantir e acelerar o desenvolvimento do país. Esse comportamento foi motivado não apenas pela pressão geopolítica, mas também pela necessidade de assegurar fluxos de capital e tecnologia indispensáveis ao Brasil. Essa percepção é corroborada por De Andrade Pinto (2015, p.26), que sublinha o impacto significativo do poder econômico e financeiro dos Estados Unidos no hemisfério ocidental. A influência estrutural exercida por essa potência sobre políticas de segurança e desenvolvimento de países do continente americano - incluindo o Brasil - é notável. Assim, coloca-se que a política externa brasileira, sobretudo quando se foca em temáticas de segurança, reflete historicamente um equilíbrio entre a busca pela autonomia e a inevitável interação com potências hegemônicas (Pinto, 2009).

#### **4. HISTÓRICO DOS PRINCIPAIS CASOS COM O ENVOLVIMENTO BRASILEIRO**

Conforme mencionado, no que tange à política externa, a América Latina foi o grande foco de atuação brasileira no período pós-redemocratização. Na medida em que o Brasil veio construindo sua posição como a potência da região, novas demandas foram surgindo e a diplomacia veio sendo cada vez mais requisitada (Pinheiro, Lima e Hirst, 2010). Como participante de crises na área em questão, destacaram-se os seguintes casos: a Guerra de Ceneba e a MINUSTAH. Apesar de ser uma prioridade, logicamente a atuação do país não se deu apenas nessa região, tendo atuado também no continente asiático - na questão da Independência do Timor Leste -, no Oriente Médio - na Missão Especial no Iraque, bem como na Crise relativa ao programa nuclear iraniano -, e na África - na Intervenção Militar na Líbia. Para o trabalho não ficar muito extenso - tendo em vista a análise empírica a ser feita -, foram selecionados esses seis eventos, que tiveram maior repercussão internacional.

É essencial reforçar que, nesta monografia, foram considerados apenas os casos que atendem completamente à definição de crises internacionais proposta por Brecher e Wilkenfeld (2022, p.3). Segundo eles, para serem consideradas crises internacionais, devem surgir de modificações no contexto interno ou externo de um Estado, envolver uma ameaça a valores fundamentais, exigir uma resposta dentro de um prazo limitado e apresentar um risco (probabilidade) relativamente significativo de escalada para hostilidades militares. Cabe colocar que optou-se por não trabalhar com as situações relativas a golpes e tentativas de golpes - que se deram em sua maioria na América do Sul -, devido à complexidade política e à sensibilidade diplomática envolvida. Além

disso, nesses episódios, o Brasil esteve sujeito a restrições normativas e estratégicas, uma vez que o país tradicionalmente adota uma postura de não intervenção em assuntos internos de outras nações, em conformidade com os princípios da sua política externa (Brasil, 1988). A análise desses eventos exigiria um aprofundamento em aspectos de direito constitucional e governança interna, o que desviaria o foco central desta pesquisa. Casos ainda em andamento também não foram considerados para a observação no trabalho.

De forma geral, Pinto (2009) coloca que a atuação do Brasil em crises foi importante para que o país ganhasse notoriedade internacional e aumentasse sua influência e liderança regional, além de se considerar uma peça fundamental para o crescimento de seu poder situacional. Como visto, o país mostrou ser um ator relevante em temas de segurança e cooperação internacional, mostrando sua capacidade de contribuição para a estabilidade.

Na medida em que priorizou ações que reforçam sua posição como uma potência emergente, o Brasil demonstrou uma grande capacidade em lidar com desafios complexos e contribuir para a solução pacífica de controvérsias (Bellé, 2015). Sua postura proativa, nesse sentido, estabelece as bases para o aprofundamento das análises sobre os principais casos de envolvimento, que serão discutidos nesta seção. Eles serão sistematizados no formato de um quadro, trazendo uma contribuição de caráter qualitativo para a discussão da temática em questão.

As crescentes tentativas de impor sua influência globalmente tiveram bons resultados do ponto de vista do multilateralismo, onde o Brasil conseguiu se inserir como um ator importante em fóruns regionais e internacionais (Guimarães; Almeida, 2017). Entretanto, em detrimento deste fato, quando comparado com grandes potências,

o envolvimento brasileiro em crises e conflitos internacionais, no período em questão, foi pequeno.

No quadro abaixo, coloco os principais casos de crises nos quais o Brasil teve algum tipo de engajamento - na tentativa de solucionar ou apaziguar a controvérsia. Com base no conceito de crise internacional proposto por Brecher e Wilkenfeld (2022) e nas condições já colocadas anteriormente, foram escolhidos os eventos a seguir:

**Quadro 1 - Envolvimento do Brasil em crises internacionais**

<b>CRISE</b>	<b>ANO</b>	<b>REGIÃO</b>	<b>PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA</b>	<b>ENVOLVIMENTO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS</b>	<b>RESULTADOS</b>
Missão Especial ao Iraque (Guerra do Golfo)	1990 - 1991	Oriente Médio	Negociação Diplomática	Sim (ONU).	Retirada de 450 brasileiros do país no contexto da Guerra do Golfo.
Guerra de Cenepa	1995 - 1998	América do Sul	Mediação direta.	Não.	Acordo de paz assinado em Brasília. Criação de uma zona desmilitarizada e de parques ecológicos.
Independência do Timor Leste	1999-2002	Ásia	Participação em missões de paz.	Sim (ONU).	Pacificação e estabilização do território. Concretização da independência.

Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)	2004 - 2017	Caribe	Participação e liderança em missão de paz.	Sim (ONU).	Estabilização parcial e reconstrução institucional no Haiti.
Crise relativa ao programa nuclear iraniano	2010	Oriente Médio	Mediação no acordo negociação diplomática	Sim (ONU). Papel importante da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).	Tentativa de reduzir tensões. Acordo rejeitado pelos Estados Unidos e aliados.
Intervenção Militar na Líbia	2011	África	Participação e negociação frente ao Conselho de Segurança.	Sim (ONU).	Conflito prolongado e críticas à intervenção.

**Fonte:** elaboração própria.

Tendo esses eventos devidamente sistematizados no quadro, avanço para uma análise mais empírica e descritiva de cada um deles. Em cada caso, inicialmente, é apresentada uma breve explanação dos acontecimentos centrais - destacando os principais atores envolvidos, interesses em jogo e impactos - para, na sequência, discutir com mais detalhes a participação do Brasil, considerando seu posicionamento diplomático, as estratégias adotadas e seus desafios. Com isso, pode-se fazer uma avaliação crítica do papel do país na mediação internacional.

#### **4.1 Missão Especial ao Iraque (Guerra do Golfo)**

No início da década de 1990, havia grande instabilidade no Oriente Médio. A questão do petróleo era estratégica para a maioria dos países da região, e desentendimentos surgiram no que concerne a essa temática. O Iraque estava passando por uma difícil crise, onde o barril de petróleo se desvalorizou bastante, e colocou a culpa dessa situação no Kuwait - ao dizer que estes reduziram consideravelmente o preço do bem e aumentaram a exploração acima do que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) havia estabelecido. Saddam Hussein passou a afirmar que o território kuwaitiano deveria ser parte do Iraque, tendo em vista o seu contexto histórico e, outrossim, queria a riqueza petrolífera do pequeno país (Lowe, 2016).

Nesse contexto, Saddam ordenou a invasão ao Kuwait, anexando o território como uma de suas províncias. Entretanto, ele não esperava que haveria uma rápida e eficiente reação por parte do ocidente. A pressão internacional foi forte, na medida em que diversas sanções econômicas foram impostas ao país e, além disso, a ONU deu um curto prazo para que as tropas fossem retiradas do Kuwait, caso contrário, interviria militarmente. O prazo não foi respeitado e a intervenção aconteceu de forma tão eficiente que em menos de uma semana os iraquianos seriam expulsos e Saddam aceitaria a derrota, devolvendo o território ao Kuwait (Lowe, 2016).

Durante o conflito, o Brasil, além de condenar a crise e apoiar a decisão do Conselho de Segurança da ONU de impor sanções de caráter econômico ao Iraque, também viu-se obrigado a envolver-se por uma questão que envolvia seus cidadãos. O fato era que mais de quatrocentos brasileiros - trabalhadores de uma construtora - estavam retidos na região de guerra (Doratioto; Vidigal, 2021, p 116). O Itamaraty, na

missão sob liderança do embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, desempenhou um papel fundamental na evacuação desses cidadãos, como coloca Fares (2007, p. 143):

Após a invasão do Kuwait, prevendo um desenlace violento para o problema, o governo do Brasil procurou intensificar as gestões no sentido de retirar todos os cidadãos brasileiros do território iraquiano sob risco de conflito militar. No entanto, a concessão de vistos de saída havia sido suspensa pelo Conselho Revolucionário iraquiano. Diante disso, o foco da diplomacia do Brasil passou a ser a libertação dos reféns, que continuaria até o seu desfecho em outubro de 1990, pela Missão Paulo Tarso Flecha de Lima. O número estimado de brasileiros era de 450, ou seja, muito menos dos cerca de 5.000 que viviam no Iraque em meados da década de 1980 (Fares, 2007, p. 143).

O diplomata tinha como estratégia a busca por uma evacuação conjunta dos brasileiros, entendendo como uma forma de pressão ao Iraque um número maior de cidadãos naquela situação - não deixando que saíssem do país de forma espaçada. Durante as negociações, procurou-se dialogar com figuras-chave como Tariq Aziz (ministro dos Negócios Estrangeiros do Iraque) e Yasser Arafat (líder da Organização para a Libertação da Palestina). Ambos possuíam contato direto com o então presidente, Saddam Hussein. O diálogo com esses dois atores foi fundamental para garantir o interesse do Brasil (CONJUR, 2021).

Após esse período de tensões, Flecha de Lima obteve êxito em seu objetivo - sem precisar oferecer nenhuma contrapartida ao regime de Saddam. Os brasileiros foram evacuados em pequenos grupos e, demonstrando um compromisso inabalável em sua missão, o diplomata permaneceu no país em guerra até que todos os brasileiros voltassem ao Brasil - embarcando junto com eles no último voo de repatriação (Godoy, 2021).

## 4.2 A Guerra de Cenepa

Por conseguinte, outro evento importante a ser analisado sob a ótica do envolvimento brasileiro é o da Guerra de Cenepa - conflito entre Equador e Peru. A tensão entre as partes se deu por disputas fronteiriças, e os dois países passaram por vários momentos de tensão ao longo do século XX, como em 1941 e 1981, quando o Peru, respectivamente, invadiu o território equatoriano e atacou aeronaves abastecidas, aprofundando a rivalidade histórica entre as nações (Iturralde, 2022).

A invasão que se deu em 1941 foi extremamente prejudicial ao Equador, que perdeu parte de seu território. A solução apresentada na época veio por meio do Protocolo do Rio de Janeiro<sup>5</sup>, um acordo que, embora tenha pacificado de forma momentânea a região, deixou insatisfação por parte do Equador, que percebia o tratado como favorável ao Peru. Com o passar dos anos e o acirramento das questões, a Guerra de Cenepa eclodiu em 1995, onde tropas equatorianas e peruanas se enfrentaram em vários combates de alta intensidade. O conflito gerou um grande impacto diplomático, demandando - por parte dos países mediadores e garantes - uma rápida intervenção para evitar consequências piores. A questão foi solucionada a partir de negociações de paz e a assinatura do Acordo de Paz de Brasília, em 1998 (Ojeda, 2018).

O processo de mediação desta crise se deu a partir da atuação de quatro países: Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos. Neste cenário, a diplomacia brasileira destacou-se ao desempenhar um papel fundamental na condução das negociações, se colocando como um mediador influente. Entre suas tarefas, o Brasil teve que se debruçar na questão relativa à demarcação das fronteiras no pós-crise, demonstrando

---

<sup>5</sup> Assinado em 1942 sob mediação do Brasil, Argentina, Chile e Estados Unidos.

seu compromisso com a estabilidade da América do Sul e sua intencionalidade em reforçar sua posição como líder regional (Pinto, 2009).

Sob a liderança do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, o governo brasileiro propôs uma solução inovadora para a questão de Tiwintza - região em conflito estratégica para ambos os países. A proposta foi a criação de dois parques ecológicos fronteiriços que seriam administrados de maneira conjunta pelo Equador e pelo Peru, garantindo que a área não fosse militarizada e promovendo a conservação do ambiente. Essa solução foi posta no Acordo de 1998, sendo uma alternativa sustentável para a disputa e garantindo uma solução duradoura (Pinto, 2009).

### **4.3 A Crise do Timor-Leste**

Ainda no final do século XX, o Brasil teve um envolvimento fundamental no que tange ao Timor-Leste e ao seu processo de independência. Como colocam Costa, Campos e Junior (2019, p. 283):

As inúmeras resoluções editadas pela ONU, juntamente com a nomeação do brasileiro Sérgio Vieira de Mello<sup>6</sup> como administrador transitório, evidenciam a atuação direta do Brasil na construção do processo de independência e pacificação do Timor-Leste, fundando-se no princípio da cooperação e proteção internacional dos direitos humanos (Costa; Campos; Junior, 2019, p.283)

Desde meados de 1975, havia muita tensão sobre a situação timorense, tendo em vista o início de uma guerra civil e a posterior invasão de tropas da Indonésia que chocou a comunidade internacional pelas várias violações aos direitos humanos. Segundo Costa, Campos e Junior (2019), durante o período em que o Timor-Leste

---

<sup>6</sup> Diplomata da ONU. Desempenhou um papel fundamental na transição de Timor-Leste para a independência como chefe da United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET) entre 1999 e 2002. Liderou esforços para reconstruir o país, estabelecer instituições democráticas e garantir a estabilidade após a ocupação indonésia.

esteve sob ocupação da Indonésia, é estimado que cerca de um terço da população do país tenha perdido a vida em decorrência dos conflitos - seja em combates diretos ou repressão política. Além disso, a identidade cultural da população estava sendo suprimida, na medida em que o uso da língua portuguesa foi proibida. Um rígido controle sobre a informação também foi observado, com uma grande censura à imprensa local e com a restrição de acesso a jornalistas e observadores internacionais. Essa difícil situação perdurou até 1998, quando mudanças políticas na Indonésia e a crescente pressão internacional abriram caminho para um referendo sobre a independência timorense (Costa; Campos; Junior, 2019).

Nesse contexto, a ONU interveio por meio do Conselho de Segurança e algumas missões foram criadas na tentativa de solucionar a questão. O Brasil, como Estado, participou efetivamente em duas delas: a International Force for East Timor (INTERFET) e a United Nations Mission of Support to East Timor (UNMISSET), mostrando sua busca por maior prestígio (Pepe; Mathias; 2006). Na primeira, foi autorizada a utilização de tropas internacionais, juntamente com um grande suporte logístico - onde o Brasil conseguiu contribuir de maneira notória e teve sua ajuda reconhecida no cenário internacional. Na outra, que começou a atuar após a concretização da Independência do Timor - em 2002 -, o Brasil contribuiu oferecendo auxílios nos desafios do país no que tange à segurança e à infraestrutura - apoio este que durou até o ano de 2015 (Costa; Campos; Junior, 2019).

Assim, nota-se o comprometimento do Brasil na reconstrução e pacificação da nação timorense e sua atuação estratégica, na medida em que buscou-se, legitimamente, uma maior inserção internacional. Pepe e Mathias (2006) enfatizam que a atuação brasileira se deu de forma ativa na busca pela solução do conflito, argumentando que a

presença do país em operações desse tipo está ligada à sua aspiração por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

#### 4.4 A MINUSTAH

A história do Haiti é marcada por instabilidades políticas, sociais e econômicas. Ao longo dos anos, o país se mostrou extremamente dependente no que tange às questões econômicas, tendo suas ações, no cenário internacional, bastante influenciadas por grandes potências (De Paula, 2017). Nos fins do século XX e início do XXI, a difícil situação se aprofundou, culminando em uma grave crise que culminou na necessidade de intervenção internacional. Walker (2016, p. 19), coloca que a ONU buscou uma solução do problema por meio de quatro diferentes missões durante o período de 1993 a 2000, mas não foi suficiente. Com a renúncia do presidente vigente e o agravamento da crise, o país se viu em uma verdadeira guerra civil onde o terror foi instaurado e diversos casos de violações ao direito humanitário foram vistas. De Paula (2017) dá detalhes dessa situação:

Progressivamente, os grupos insurgentes reivindicaram o controle de regiões do país, elevando as estatísticas de criminalidade e comprometendo a capacidade estatal de exercer controle administrativo e o monopólio do uso da violência no território nacional. Entre os grupos armados havia associações criminosas, organizações populares, antigos membros das Forças Armadas Haitianas e de unidades policiais, assim como grupos paramilitares. Com efeito, em fevereiro de 2004, o Estado haitiano exercia controle apenas sobre as regiões limítrofes à capital do país, Porto Príncipe (De Paula, 2017, p.3).

É nesse contexto em que a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti foi instaurada com amplo apoio da comunidade internacional (Walker, 2016).

Desde o início da MINUSTAH, o Brasil se figurou como um ator protagonista, assumindo a liderança militar e enviando um expressivo contingente de tropas (mais de trinta mil) ao país caribenho. O Exército, a Marinha e a Força Aérea Brasileira (FAB) foram responsáveis por grandes contribuições do ponto de vista logístico e humanitário, buscando, de fato, ajudar na reconstrução do Haiti (Barbosa, 2024). Ainda no que concerne a participação do Brasil na crise, Colório (2016, p. 33) entende que os resultados foram bastante positivos, no sentido em que os objetivos traçados pela diplomacia brasileira foram cumpridos - principalmente na questão da manutenção da segurança e na luta para garantia dos direitos humanos.

Durante o percurso da missão, mais precisamente no ano de 2010, um terremoto devastador atingiu a principal cidade do país, Porto Príncipe, dificultando ainda mais a situação humanitária. Esse desastre natural acarretou em mais de 200 mil vidas perdidas, além de criar um grande fluxo de deslocados (De Paula, 2017, p.4). Com isso, outras nações - notadamente mais desenvolvidas - tomaram à frente do problema, e o Brasil assumiu um papel secundário (Seitenfus, 2018). Porém, como colocado por Mesquita e Seabra (2024), o país investiu com vigor na reconstrução do país, na ajuda com logística de suprimentos essenciais e na questão da segurança após o desastre natural. Segundo os autores, pela grande participação que o Brasil teve na MINUSTAH desde o início, a reputação do país como ator estabilizador estava em questão - na medida em que a missão era a de maior visibilidade no cenário internacional - e, nesse sentido, sua atuação deveria ser contundente.

Um ponto de ampla discussão na academia é sobre a motivação do Brasil para atuar nessa crise. Kenkel (2011) entende que o Brasil decidiu participar dessa missão com base em cálculos estratégicos. Do ponto de vista interno, seria um importante teste para as forças militares, além de mostrar a atuação diplomática brasileira em

consonância com os princípios constitucionais. No olhar regional, era essencial se solidarizar com o país caribenho, dando um claro sinal ao continente de que não abriria mão de ajudar nações amigas quando necessário. Além disso, do ponto de vista multilateral e institucional, o país via a situação como uma oportunidade de justificar sua candidatura como membro permanente do Conselho de Segurança - em uma eventual reforma da organização -, expandindo a influência e autonomia do Brasil no cenário internacional (Kenkel, 2011, p.29; Pinheiro; Lima; Hirst, 2010). O Ministro das Relações Exteriores durante boa parte da missão, Celso Amorim, também comentou sobre a motivação em atuar na crise:

Nossa principal motivação foi a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, seguisse abandonado, inclusive pela comunidade latino-americana, a que pertence étnica e culturalmente. Estamos, pela primeira vez em nossa história, contribuindo com o maior contingente de tropas e, ao mesmo tempo, assumindo o comando das Forças da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Move-nos uma solidariedade ativa: o princípio que costumo chamar de “não-indiferença”, a meu ver tão importante quanto o da “não intervenção” (Amorim, 2005, p.8)

#### **4.5 A Crise relativa ao programa nuclear iraniano**

Em meados do século XX, a questão da energia nuclear ficou cada vez mais em voga no cenário internacional. O Irã, entendendo o potencial dessa nova tecnologia, não mediu esforços para se desenvolver nesse quesito. Na medida em que assinou o TNP, o país passou a ter o direito de se utilizar dessa inovação para fins pacíficos - sob supervisão da AIEA. No entanto, na década de 90 - no contexto da Guerra do Golfo - essa busca por autonomia começou a gerar preocupações na comunidade internacional, principalmente nos países ocidentais. Os Estados Unidos e seus aliados passaram a

temer que o Irã estivesse utilizando seu programa nuclear com objetivos militares ocultos, com a produção de armas nucleares (Dantas, 2022).

Esse receio se intensificou no início dos anos 2000, quando denúncias de exilados divulgaram a presença de instalações não notificadas à AIEA - que passou a exigir maior transparência e inspeções mais rigorosas (Dantas, 2022). Diante desse cenário, subseqüentes sanções econômicas - vindas do Conselho de Segurança, da União Europeia e dos Estados Unidos - foram sendo aprovadas contra o Irã, pressionando o país a suspender suas atividades de enriquecimento de urânio (Vidal, 2013).

Com isso, após o fracasso em rodadas de negociações entre o Irã e o P5 + 1 (Estados Unidos, China, Rússia, França, Inglaterra e Alemanha) para tentar solucionar a controvérsia, o Brasil se viu como um possível ator para mediar a crise, e contou com a ajuda da Turquia (Vidal, 2013). Inicialmente, o governo americano<sup>7</sup> endereçou uma carta para os dois países detalhando as condições para que um acordo fosse firmado. A carta, segundo Vidal (2013, p.52), tinha o seguinte conteúdo:

[...] solicitava o cumprimento de três pontos específicos, por parte do Irã: a) quantidade de urânio (1.200 kg); b) tempo (entrega imediata por parte do Irã, recebendo o urânio enriquecido um ano depois); e c) lugar (um “escrow” na Turquia). A carta ainda solicitava que o Irã enviasse a resposta diretamente e por escrito à AIEA. Levando a carta em mãos, as delegações de Brasil e Turquia se dirigiram a Teerã (Vidal, 2013, p.52).

Seguindo suas orientações, Lula e Erdogan passaram a negociar com o líder iraniano uma solução para a questão (Dantas, 2022). Após muito diálogo, foi assinada, no ano de 2010, e em comum acordo, a Declaração de Teerã. Segundo Vidal (2013, p. 52), ela “refletia fielmente os três pontos que constavam na carta de Obama, assim como na tentativa de mediação pelos P5+1 em Viena alguns meses antes”. Entretanto,

---

<sup>7</sup> Na época, sob comando de Barack Obama (2009-2017).

de forma inesperada para a diplomacia brasileira, o Conselho de Segurança da ONU não a aprovou - após grande pressão dos Estados Unidos - e novas sanções foram impostas ao Irã, aprofundando a crise que parecia estar caminhando para o fim (Steiner; Medeiros; Lima, 2014). Presume-se que essa negativa tenha se dado principalmente por pressões internas nos Estados Unidos, na medida em que o presidente estava passando por um cenário político desafiador (Vidal, 2013).

Tendo em vista esse contexto, cabe falar mais alguns detalhes sobre a atuação brasileira. É importante frisar que o Brasil, desde o princípio, tinha como posicionamento oficial o respaldo ao projeto nuclear iraniano - enquanto fosse utilizado de forma pacífica - na medida em que via como uma questão de soberania do país, não cabendo interferências externas. Além disso, também criticava-se a utilização de sanções contra o Irã. (Vidal, 2013). Como mediador, o Brasil destacou-se pelos seus ideais de diálogo e cooperação, buscando uma solução que respeitasse as demandas ocidentais e os interesses iranianos. Foi uma verdadeira aplicação da diplomacia “ativa e altiva” proposta pelo ministro Celso Amorim, mas mantendo traços históricos da política externa do país (Vidal, 2013).

Para Vidal (2013) e Dantas (2022), mesmo com o fracasso da Declaração de Teerã, aspectos positivos podem ser observados. No que diz respeito à visibilidade internacional, o país ganhou bastante, projetando sua imagem como possível mediador de conflitos futuros - na medida em que o evento teve grande repercussão. Também deu uma certa legitimidade à diplomacia brasileira, tendo em vista os ideais de persistência na busca pela solução da controvérsia. Apesar do insucesso, não foi um retrocesso para o Itamaraty, tendo em vista a ampliação do reconhecimento (Ricupero, 2017).

Por outro lado, Buarque e Ribeiro (2023) enfatizam uma visão mais pessimista. Eles argumentam que a ideia de se projetar internacionalmente buscando status e

protagonismo, nesse caso, trouxe um ônus maior do que um bônus para a diplomacia do país. As grandes potências enxergaram a atuação do país como uma ousadia além de seus limites, interpretando-a como uma “extrapolação da capacidade e do papel internacional do país” (Buarque; Ribeiro, 2023, p.8-9). Seus esforços para impulsionar sua imagem de mediador teriam, nesse sentido, perdido a força.

Apesar das diferentes interpretações, no geral, pode-se colocar que a atuação foi feita de maneira estratégica, mais uma vez, visando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Dantas, 2022). Pontos positivos e negativos podem ser extraídos da participação brasileira na tentativa de solução dessa crise, mas o fato que não pode ser desmentido é o grande esforço do país em se colocar como ator relevante em casos de mediação.

#### **4.6 A Intervenção Militar na Líbia**

A Líbia, durante o século XX, viveu momentos de instabilidade. Após se tornar independente, em 1951, passou por um longo regime autoritário caracterizado pela repressão e violência a opositores, sob liderança de Muammar Gaddafi - que permaneceu no poder de 1969 a 2011. O país possuía grandes reservas de petróleo, mas era reconhecido por uma ampla desigualdade na distribuição da riqueza, além da escassez de liberdade dos cidadãos, o que veio, ao longo do tempo, causando insatisfação (Maia, 2017).

No início da década de 2010, diversos protestos aconteceram no mundo árabe - iniciando na Tunísia e irradiando para outros países -, na medida em que a população lutava contra os governos autoritários e a grave crise econômica que estava sendo

vivenciada: era a “Primavera Árabe” (Britto, 2014). Na Líbia, essas manifestações pacíficas foram alvo de ampla repressão o que aumentou o sentimento de revolta por parte da população. Rapidamente, os protestos foram se radicalizando por várias cidades do país, com o apoio de grupos opositores do governo e de rebeldes. Assim, em 2011, iniciava-se uma guerra civil que culminou na morte de diversos civis, e também do então chefe de Estado Muammar Gaddafi (Pantano; Bozzo, 2020).

Nesse sentido, o Conselho de Segurança da ONU decide intervir. A Resolução 1970 é rapidamente aprovada por unanimidade, condenando a ação repressiva do governo líbio e impondo embargos ao país. Um mês depois, a Resolução 1973 é discutida e aprovada mas, dessa vez, não de forma unânime, na medida em que cinco países se abstiveram - entre eles, o Brasil. Basicamente, abriu-se o caminho para o início de diversos bombardeios no país, conforme foi autorizado o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea, bem como permitiu-se a utilização de todas as medidas necessárias para garantir a proteção dos civis (Britto, 2014). Essa decisão do Conselho de Segurança foi a primeira na história a determinar o uso da força, sem a anuência do país afetado, com a finalidade de proteção humanitária (Guimarães; Fuccille, 2021, apud, Bellamy; Williams, 2011).

Cabe pontuar que a resolução estava ancorada sob o princípio de Responsabilidade de Proteger (R2P), no qual estabelece que a soberania resulta em responsabilidade, sendo o Estado o principal responsável pela proteção de sua população. No entanto, caso um governo falhe nessa função - especialmente em casos de genocídios, limpeza étnica e crimes contra a humanidade -, a comunidade internacional deveria intervir para garantir a proteção dos civis (Guimarães; Fuccille, 2021, p. 151, apud, ICISS, 2001).

A aplicação da Resolução 1973, no entanto, gerou controvérsias - especialmente entre os países do sul global. A abstenção do Brasil e de outros países se deu na medida em que temia-se que a intervenção internacional ultrapassasse o campo humanitário. Esse receio se concretizou já que a resolução foi utilizada não apenas para proteger civis, mas também como um instrumento para a queda de Gaddafi (Britto, 2014; Ferreyra, 2019).

Diante desse contexto, o Brasil propõe o conceito de Responsabilidade ao Proteger (RwP), uma iniciativa que visava não contestar R2P, mas acrescentar diretrizes de supervisão ao uso da força para evitar abusos. De certa forma, a proposta brasileira teve o mérito de revitalizar a discussão sobre a forma de implementação do R2P. A ideia principal era de garantir o monitoramento e estabelecer limites para evitar excessos (Britto, 2014; Guimarães; Fuccille, 2021). Com esse novo conceito, a intervenção por meio da força deveria ser vista como a última instância - devendo ocorrer somente quando todas as outras tentativas de resolução do problema falhassem. Outras questões centrais do RwP são: a diplomacia, o respeito às normas do direito internacional, o monitoramento das intervenções e a prestação de contas da atuação - bem como a responsabilização aos Estados que ultrapassassem os limites dos mandatos (Brito, 2014; Guimarães; Fuccille, 2021).

A resposta internacional em relação a esse novo conceito proposto pelo Brasil foi diversa. Enquanto muitos países do Norte Global, por entenderem como uma política mais restritiva em relação à intervenção, tiveram uma visão negativa em relação ao RwP, enquanto outros Estados passaram a reconhecer a proposta de forma positiva - como África do Sul, Quênia e Venezuela (Guimarães; Fuccille, 2021).

Apesar de não ter sido formalizada na ONU como um princípio normativo legal, a RwP trouxe um importante debate ao cenário internacional no que tange aos limites da

intervenção e a necessidade de maior supervisão. Como motivo de falha, Guimarães e Fuccille (2021) colocam a falta de coordenação com aliados estratégicos e a resistência de potências globais em aceitar tais “restrições”. Com o tempo, a ausência de consenso sobre a implementação prática desse princípio contribuiu para a sua estagnação.

#### **4.7 Comparação entre os casos**

Os casos selecionados e apresentados neste estudo revelam diferentes formas de envolvimento do Brasil na solução pacífica de crises internacionais. Comparativamente, os eventos podem ser agrupados em três categorias principais de atuação do país: (i) mediação direta, (ii) participação em operações de paz e estabilização, (iii) iniciativas de posicionamento estratégico.

A Guerra de Cenepa e a crise relativa ao Programa Nuclear iraniano são os casos que se enquadram na categoria de mediação direta. Para compreender essas atuações, é essencial recorrer a conceitos já analisados neste trabalho. De acordo com Zartman e Touval (1985), o mediador pode assumir três funções principais: de comunicador, formulador e manipulador. Na Guerra de Cenepa, o Brasil - em conjunto com os países garantes - atuou diretamente no processo de mediação de paz entre Equador e Peru como comunicador e formulador, culminando no Acordo de Brasília. O país teve uma atuação fundamental, na medida em que utilizou sua diplomacia para buscar uma solução por meio do diálogo e da cooperação internacional. Além disso, esse evento deixou evidente a crescente influência do país na América do Sul, e o sucesso da proposta mediadora fortaleceu sua imagem de ator relevante no cenário internacional. Na outra crise, o Brasil - em conjunto com a Turquia - tentou intermediar (também

como comunicador e formulador) um acordo para a questão nuclear iraniana, por meio da chamada Declaração de Teerã. Entretanto, enfrentou forte resistência internacional e não teve sucesso na resolução do problema. Apesar da falha, não se pode negar o esforço do país na tentativa de se colocar como um ator relevante em processos de mediação. No geral, pode-se colocar que, enquanto o primeiro caso resultou em uma solução estável e reconhecida, o segundo não foi efetivo e sofreu diversas críticas de potências ocidentais, evidenciando certas limitações da atuação do país.

No que tange aos eventos que se enquadram no grupo da participação em operações de paz e estabilização, temos a crise no Timor-Leste e a MINUSTAH. Na questão timorense, o Brasil teve um papel fundamental na reconstrução e pacificação do país. Pepe e Mathias (2006) enfatizam que a atuação brasileira se deu de forma ativa na busca pela solução do conflito, argumentando que a presença do país em operações desse tipo está ligada à sua aspiração por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Na MINUSTAH, a liderança brasileira reafirmou, perante a comunidade internacional sua competência na atuação em operações de paz, consolidando um legado relevante tanto para a diplomacia quanto para as forças armadas do país. Para Pinheiro, Lima e Hirst (2010), no ato de liderar a missão, o Brasil não buscou apenas colaborar com a estabilidade do país amigo, mas também consolidar sua imagem como ator global responsável e engajado com a manutenção da segurança internacional. Eles ainda contribuem colocando que a “a presença brasileira oscilou entre uma atuação coordenada com seus pares sul-americanos e a construção de um perfil próprio no desempenho de suas responsabilidades em solo haitiano” (Pinheiro, Lima e Hirst, 2010, p.31). Nesses dois casos, pode-se aplicar os conceitos de Galtung (1996) de *peacekeeping* e *peacebuilding*, na medida em que no Timor-Leste a atuação foi no sentido de *peacebuilding* e, na MINUSTAH, de *peacekeeping*.

Por fim, cabe falar sobre as crises do grupo das iniciativas de posicionamento estratégico: a Missão Especial ao Iraque e a Intervenção na Líbia. Na questão do Iraque, a prioridade brasileira era na evacuação dos cidadãos e, nessa questão, foi bem sucedida. A diplomacia se mostrou eficaz em circunstâncias de grande risco e complexidade, mostrando grande habilidade na negociação de crises humanitárias - notadamente pelo trabalho do Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima - além de expor o compromisso com a proteção de seus cidadãos no exterior. Na caso da Intervenção da Líbia, a abstenção na Resolução 1973 do Conselho de Segurança e a subsequente proposta da RWP indicam uma tentativa de moldar o debate sobre intervenções humanitárias, reforçando sua postura tradicional em relação ao multilateralismo, princípios de defesa da não intervenção forçada e do respeito à soberania, na medida em que buscou contribuir com o debate internacional sobre o uso da força. Embora sua influência tenha sido limitada, a iniciativa do país mostrou a vontade de se promover como um ator diplomático relevante no envolvimento de crises e conflitos.

Portanto, percebe-se que o Brasil vem desempenhando - no período da redemocratização - um papel relevante em crises internacionais, consolidando sua atuação diplomática através de estratégias pautadas no multilateralismo, na não intervenção e na busca pelo diálogo como ferramentas essenciais para a resolução de problemas. Os casos analisados demonstram certos padrões na atuação do país, como a preferência por negociações pacíficas - ao invés de intervenções militarizadas - o engajamento em missões de paz e a participação ativa em debates estratégicos sobre segurança global. Dessa maneira, o Brasil conseguiu construir pontes entre diferentes atores internacionais, reforçando sua imagem como participante e promotor da cooperação. A eficácia das práticas brasileiras variou de acordo com o contexto e a geopolítica envolvida, exigindo adaptações aos desafios do cenário internacional, o que

mostra uma busca por evolução e aprimoramento de suas práticas. De forma geral, percebe-se que a diplomacia do país reafirmou seu compromisso com a estabilidade, além de buscar aumentar sua influência e projeção internacionalmente.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desta monografia, a partir da escolha de seis importantes casos, procurou-se analisar o envolvimento da diplomacia brasileira em crises internacionais durante o período pós-redemocratização. O estudo explorou a evolução histórica da política externa do país no período em questão, bem como a relevância da mediação como uma das ferramentas diplomáticas e os impactos da atuação do país na sua projeção internacional. A partir de toda a discussão, permite-se compreender os desafios e as potencialidades da diplomacia do Brasil dentro do sistema internacional.

Após a introdução, a primeira seção deste estudo concentrou-se na definição do conceito mais amplo de mediação e no papel dos mediadores em crises internacionais. Foram examinados pressupostos teóricos e conceituais para embasar a escolha desse conceito expandido, permitindo a análise de crises desde tensões diplomáticas, até situações que evoluíram para conflitos armados. A abordagem adotada fundamenta-se principalmente nas contribuições de Wilkenfeld et al. (2007), Raines e Foutz (2019) e Zartman e Touval (1985), que exploram diferentes facetas do papel do mediador e a complexidade da mediação internacional. Esses pressupostos foram essenciais para a formulação da abordagem metodológica deste estudo e para a categorização das crises internacionais com envolvimento brasileiro.

Na sequência, foi abordada a política externa brasileira, observando os principais eixos de atuação do país no campo da segurança e da mediação de crises. Foram discutidos os princípios norteadores da diplomacia brasileira, estabelecidos na Constituição de 1988, bem como os desdobramentos das políticas externas adotadas ao longo dos governos - tendo como foco Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, presidentes em atuação durante a maioria dos casos analisados neste trabalho. No geral, observou-se que, apesar de diferenças ideológicas entre governos, a busca pelo multilateralismo e pela solução pacífica de conflitos permaneceu um eixo estruturante da política externa do Brasil.

Por fim, realizou-se um estudo empírico e descritivo sobre os principais casos de envolvimento do Brasil em crises internacionais. Os eventos foram, por ordem de acontecimento: Missão Especial ao Iraque no contexto da Guerra do Golfo; Guerra de Ceneba; Independência do Timor Leste; Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti; Crise relativa ao programa nuclear iraniano; Intervenção Militar na Líbia. Construiu-se um quadro qualitativo sistematizando os casos escolhidos, colocando o período do acontecimento, em qual região ocorreu, como o Brasil participou, se houve ou não envolvimento de organizações internacionais e os resultados. Depois, de forma mais específica, foram analisados, em cada evento, os desafios enfrentados, as estratégias empregadas, como a questão foi resolvida e o papel do Brasil nessa solução. Os casos também foram comparados e separados em três grupos na última subseção. Constatou-se que a diplomacia brasileira demonstrou relevância em seus engajamentos, mas também enfrentou limitações e fracassos, especialmente no que tange ao reconhecimento de sua legitimidade por parte das grandes potências.

Cabe pontuar que este trabalho possui uma limitação que deve ser considerada. Apesar da escolha de um conceito mais abrangente de mediação para ampliar os eventos

a serem analisados, a análise se concentrou em um conjunto específico de casos, sem englobar toda a diversidade de cenários em que o Brasil atuou - na medida em que só foram observados os casos que se encaixam na definição de crises internacionais colocada por Brecher e Wilkenfeld (2022), além de ter-se optado por não se trabalhar com o envolvimento brasileiro em golpes e tentativas de golpes de Estado e crises em andamento no período da escrita desta monografia.

De modo geral, este estudo evidencia que a participação em crises internacionais é um instrumento relevante para a projeção internacional do Brasil que precisa ser expandido. Constatou-se que sua efetividade está diretamente relacionada às condições estruturais do sistema internacional e do respaldo de outros agentes internacionais. Ao longo do período analisado, o país empenhou-se em atuar em situações estratégicas, avaliando cuidadosamente os custos e benefícios de seu envolvimento. Com isso, buscou não apenas defender seus interesses no cenário mundial, mas também contribuir para a promoção da paz e da estabilidade nas regiões em que atuou. Apesar de nem sempre obter resultados plenamente satisfatórios, o Brasil conseguiu consolidar sua imagem como um ator cooperativo e relevante nas negociações de crises.



BATTAGLINO, J. M. **The coexistence of peace and conflict in South America: toward a new conceptualization of types of peace.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 55, p. 131–151, 2012.

BELLÉ, Richeli Eliza. **O papel do Brasil como mediador de conflitos no cenário internacional.** 2015.

Bercovitch, Jacob & Richard Jackson (2001) **Negotiation or mediation? An exploration of factors affecting the choice of conflict management in international conflict.** Negotiation Journal 17(1): 59–77.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa. Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília, 2020.

BRECHER, Michael; WILKENFELD, Jonathan. **A Study of Crisis.** University of Michigan Press, 2022.

BRITTO, Andréa Fernanda Rodrigues. **A responsabilidade de proteger: a questão da promoção da paz no século XXI.** 2014.

BUARQUE, Daniel; RIBEIRO, Miguel Mikelli. **Status and Brazil's role as a peace mediator-lessons of the foreign perceptions of the failed Tehran deal.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 66, n. 1, p. e014, 2023.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 5a ed. rev. ampl., Editora Universidade de Brasília, 2015.

CHEN, Chong; BEARDSLEY, Kyle. **Once and future peacemakers: continuity of third-party involvement in civil war peace processes.** International Peacekeeping, v. 28, n. 2, p. 285-311, 2021.

COLÓRIO, Augusto. **A Participação Brasileira na Minustah e os efeitos na área de Segurança Pública.** Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional, v. 9, n. 17, 2016.

CONJUR. **Flecha de Lima conta detalhes do resgate de brasileiros no Iraque, em 1990.** 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jan-27/flecha-lima-conta-detalhes-resgate-brasileiros-iraque/>. Acesso em: 8 de Março de 2025.

COSTA, Fabricio Veiga; DE ASSIS CAMPOS, Álisson Thiago; JÚNIOR, Sérgio Luiz Milagre. **A atuação do Brasil e da ONU no processo de independência, pacificação e (re) construção do Timor-Leste.** Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, v. 11, n. 2, p. 283-303, 2019.

DANTAS, Guibson. **As Relações Públicas Internacionais como instrumento de política externa brasileira: o caso da Declaração de Teerã**. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 21, n. 46, 2022.

DE ANDRADE PINTO, Paulo Cordeiro. **Diplomacia e política de defesa: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

DE MIRANDA, Samir Perrone. **A “nova política externa brasileira” de Temer para a América do Sul**. *Conjuntura Austral*, v. 10, n. 51, p. 126-138, 2019.

DE OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves. **Nexos e reversos da política externa brasileira e de defesa para o Atlântico Sul: reflexões sobre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro**. *Conjuntura Austral*, v. 14, n. 66, p. 103-120, 2023.

DE PAULA, Leonardo Dias. **MINUSTAH: treze anos de presença internacional no Haiti**. *Série Conflitos Internacionais*, v. 4, n. 5, 2017.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das Relações Internacionais do Brasil**. Saraiva Educação, 2. ed., São Paulo, 2021.

FARES, Seme Taleb. **O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque**. *Revista brasileira de política internacional*, v. 50, p. 129-145, 2007.

FERREYRA, Matías. **A política externa “ativa” e “altiva” do Brasil frente aos conflitos na Líbia e na Síria: desafiando o “cerco hegemônico”**. Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 7, n. 1, p. 25-40, 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2011.

Galtung, Johan. **Peace by Peaceful Means: peace and conflict, development and civilization**. London: Sage Publications, 1996.

GODOY, Marcelo. **Morre embaixador que salvou os reféns brasileiros no Iraque**. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, n. 46655, p. A6, 13 jul. 2021. Política. Disponível em: <<https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/641511>>. Acesso em: 21 de Fevereiro de 2025.

GOWAN, Richard; STEDMAN, Stephen John. **The international regime for treating civil war, 1988–2017**. *Daedalus*, v. 147, n. 1, p. 171-184, 2018.

GUIMARÃES, Ana Clara Figueira; FUCCILLE, Alexandre. **Normas de intervenção humanitária: Responsabilidade ao Proteger (RwP) como contestação do Sul Global**. *Conjuntura Austral*, v. 12, n. 60, p. 148-162, 2021.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; TAVARES DE ALMEIDA, Maria Herminia. **From middle powers to entrepreneurial powers in world politics: Brazil's successes and failures in international crises.** *Latin American Politics and Society*, v. 59, n. 4, p. 26-46, 2017.

ITURRALDE, Miguel Fernando Maya; FRANCHI, Tássio. **A Historiografia entorno da última Guerra na América do Sul: Cenepa 1995.** *Boletim de Conjuntura (Boca)*, v. 12, n. 36, p. 19-37, 2022.

KENKEL, Kai Michael. **Interesses e identidade na participação do Brasil em Operações de Paz.** *Revista tempo do mundo*, v. 3, n. 2, p. 9-35, 2011.

KRAPOHL, Sebastian; MEISSNER, Katharina L.; MUNTSCHECK, Johannes. **Regional Powers as Leaders or Rambos? The Ambivalent Behaviour of Brazil and South Africa in Regional Economic Integration.** *JCMS: Journal of Common Market Studies*, v. 52, n. 4, p. 879-895, 2014.

LOWE, Norman. **História do mundo contemporâneo.** Penso Editora, 2016.

MAIA, Ricardo Lima. **AS INTERVENÇÕES NO IRAQUE E NA LÍBIA: Consequências para o Direito Internacional.** Rio de Janeiro, 2017.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Missões de paz, 2020.** Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy\\_of\\_missoes-de-paz](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz)>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Repertório de Política Externa: Posições do Brasil.** Brasília, 2007.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics (Updated edition).** WW Norton & Company, 2003.

MESQUITA, Rafael; SEABRA, Pedro. **Severity, salience, and selectivity: understanding the varying responses to regional crises by Brazil and South Africa.** *International Politics*, v. 61, n. 1, p. 192-214, 2024.

MORGENTHAU, Hans J. **Politics among nations.** 1973.

MORIN, Jean-Frédéric; PAQUIN, Jonathan. **Foreign policy analysis: A toolbox.** Springer, 2018.

OJEDA, Cristian Daniel Valdivieso. **O conflito entre o Equador e Peru: repensando o conceito de velhas guerras a partir do sul global.** *Revista de Ciências do Estado*, v. 3, n. 2, p. 135-152, 2018.

PANTANO, Maria Julia; BOZZO, Maria Carolina Cisotto. **O conflito na Líbia: análise e perspectivas**. Série Conflitos Internacionais, v. 7, n. 5, out. 2020.

PEPE, Leandro Leone. **As operações de paz da ONU no pós-guerra fria: a atuação brasileira no Timor Leste**. 2006.

PEPE, Leandro Leone; MATHIAS, Suzeley Kalil. **O envolvimento do Brasil na questão timorense**. Lusotopie. Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises, n. XIII (2), p. 49-58, 2006.

PINHEIRO, Leticia; LIMA, Maria Regina Soares; HIRST, Mónica. **A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios**. Nueva Sociedad Especial em Português, December, 2010.

PINTO, Danielle Jacon Ayres. **Mediação de conflitos internacionais e inserção mundial do Brasil**. 2009. Dissertação de Mestrado. FEUC.

PINTO, Danielle Jacon Ayres. **Smart power: os pilares deste poder na política externa brasileira**. Proceedings of the 3rd ENABRI 2011 3 Encontro Nacional ABRI 2001, 2011.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito internacional público e privado**. Salvador: Jus Podivm, 2011.

RAINES, Susan S.; FOUTZ, Brittany. **International mediation. In: Understanding International Conflict Management.** Routledge, 2019. p. 41-52.

REZEK, Francisco. **Direito internacional público: curso elementar.** Saraiva Educação SA, 2021.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016.** Versal, 2017.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Leticia. **Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 56, p. 40-59, 2013.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Haiti: dilemas e fracassos internacionais.** Instituto Memória, 2018.

SENNES, Ricardo; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Amacio Jorge de. **The Brazilian foreign policy and the hemispheric security.** Revista Fuerzas Armadas y Sociedad, v. 1, n. SE, 2006.

STEINER, Andrea Quirino; MEDEIROS, Marcelo de Almeida; LIMA, Rafael Mesquita de Souza. **From Tegucigalpa to Teheran: Brazil's diplomacy as an emerging Western country.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 1, p. 40-58, 2014.

VIDAL, Camila Feix. **O protagonismo brasileiro diante da Declaração de Teerã.** Conjuntura Austral, v. 4, n. 18, p. 41-61, 2013.

VIGEVANI, Tullo; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. **Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul.** Dados, v. 57, p. 517-552, 2014.

WALKER, Tenente-Coronel Márcio S. **A Estratégia Militar Brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti: de Clausewitz ao novo desafio.** Military Review, 2016.

WALTZ, Kenneth. N. **Theory of International Politics.** Reading, Mass, 1979.

WILKENFELD, Jonathan et al. **Mediating international crises.** Routledge, 2007.

ZARTMAN, I. William; TOUVAL, Saadia. **International mediation: Conflict resolution and power politics.** Journal of social issues, v. 41, n. 2, p. 27-45, 1985.